

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**GESTÃO ESCOLAR: PRÁTICAS SOBRE O
COTIDIANO DE UMA ESCOLA PERIFÉRICA DE
SANTA MARIA.**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Darciana Vizzotto

Santa Maria, RS, Brasil

2012

GESTÃO ESCOLAR: PRÁTICAS SOBRE O COTIDIANO DE UMA ESCOLA PERIFÉRICA DE SANTA MARIA.

Darciana Vizzotto

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Gestão Educacional**.

Orientadora: Prof^a. Dr^a.Cleonice Maria Tomazetti

Santa Maria, RS, Brasil

2012

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Curso de Especialização em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia de Especialização.

GESTÃO ESCOLAR: PRÁTICAS SOBRE O COTIDIANO DE UMA ESCOLA PERIFÉRICA DE SANTA MARIA.

Elaborada por
Darciana Vizzotto

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Cleonice Maria Tomazetti, Dr^a. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Viviane Ache Cancian, Dr^a. (UFSM)

Doris Pires Vargas Bolzan, Dr^a. (UFSM)

Débora Ortiz de Leão, Dr^a. (UFSM)
(Suplente)

Santa Maria, 08 de agosto de 2012.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me concedido o Dom da Vida, aos meus familiares por sempre me apoiarem nas minhas decisões, ao meu esposo **Fernando** que durante esta etapa sempre esteve ao meu lado e nunca me deixou desistir, ao meu filho **Heitor**, Luz da minha vida. Aos amigos que mesmo não estando perto, sempre me deram forças para continuar e incentivaram-me a buscar meus sonhos. Não tenho palavras para demonstrar meu agradecimento, pois vocês foram muito importantes nesta conquista, assim como sempre serão.

Aos professores que participaram desta trajetória, em especial, a professora Dr^a. **Cleonice Maria Tomazetti**, pela paciência e compreensão.

A diretora Valéria Haag, aos professores e equipe da Escola Nossa Senhora da Conceição, que não mediram esforços para que esta pesquisa fosse concretizada.

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.”
(PAULO FREIRE, 1997).

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

GESTÃO ESCOLAR: PRÁTICAS SOBRE O COTIDIANO DE UMA ESCOLA PERIFÉRICA DE SANTA MARIA

AUTORA: Darciana Vizzotto

ORIENTADORA: PROF. DR^a Cleonice Maria Tomazetti

DATA E LOCAL DA DEFESA: Santa Maria, 08 de agosto de 2012.

O presente trabalho foi baseado em pesquisas anteriores, nesta mesma instituição, a partir de reflexões que foram fundamentadas através de constatações vividas pela pesquisadora na Escola Nossa Senhora da Conceição, localizada na periferia de Santa Maria. A escola atende a uma das clientela mais carentes de Santa Maria, ao todo são sessenta e quatro crianças que frequentam a escola regularmente. São muitos os problemas enfrentados pela escola, alguns como: falta de infraestrutura adequada para receber os alunos, falta de professores, crianças que chegam para as aulas sem terem recebido alimentação adequada em casa, pouca participação dos pais na gestão escolar, repercutem diretamente na aprendizagem das crianças. Quando comentamos que a gestão democrática participativa baseia-se na relação orgânica entre todos os sujeitos envolvidos na escola e as decisões são tomadas coletivamente, além de existir uma interação nas propostas, e todos têm conhecimento nas decisões tomadas, na escola que foi objeto de estudo desta pesquisa, ficou evidenciado que esta interação pouco acontece, e é muito frágil ainda, pois, a maioria dos pais ainda não entendeu seu verdadeiro papel junto à escola da comunidade. Eles quase nunca procuram à escola para saber dos problemas que são enfrentados cotidianamente, ou para saber em quais condições seus filhos estão estudando, ficando a responsabilidade de tomar decisões, dos caminhos que a escola deverá seguir nas mãos dos professores e direção, que embora conheçam a realidade em que a escola esta inserida, acaba tomando decisões que muitas vezes não são as mais adequadas ao contexto dos seus moradores, as crianças.

Palavras chaves: Gestão democrática, escola, crianças carentes, participação.

ABSTRACT

Monograph Specialization
Specialization in Educational Management
Universidad Federal de Santa Maria

SCHOOL MANAGEMENT: PRACTICE ON A SCHOOL EVERYDAY OF PERIPHERAL OF SANTA MARIA

AUTHOR: Darciana Vizzotto
GUIDANCE: PROF. DR ^a Cleonice Maria Tomazetti
DATE AND PLACE OF DEFENSE: Santa Maria, August 8, 2012.

This study was based on previous research, this same institution, from reflections that were substantiated by findings experienced by the researcher in the School Our Lady of Conception, located on the outskirts of Santa Maria. The school caters to a clientele of more needy of Santa Maria, altogether are sixty-four children who attend school regularly. There are many problems faced by the school, some as lack of adequate infrastructure to receive students, lack of teachers, children who come to class without having received adequate food at home, low parental involvement in school management, directly affected the learning of children. When we commented that the democratic participative management based on the organic relationship between all those involved in school and decisions are made collectively, plus there is an interaction in the proposals, and everyone is aware of the decisions taken in the school that was the subject of study this research, it was evident that this interaction just happens, and it is still very fragile, because most parents still do not understand its true role within the school community. They almost never seek to school to learn of the problems that are faced every day, or to know in which their children are studying, leaving the responsibility to make decisions, the ways that the school must follow the hands of teachers and direction, although they know reality in which the school is inserted, just making decisions that are often not the most appropriate to the context of its residents, children.

Keywords: Democratic management, school children in need, participation.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| APRESENTAÇÃO..... | 08 |
| 1. DELINEAMENTO METODOLÓGICO..... | 11 |
| 2. HISTÓRICO DA ESCOLA E CONTEXTO SOCIAL: COMO A GESTÃO DEMOCRÁTICA SE ORGANIZA PERANTE ESTA REALIDADE..... | 14 |
| 2.1 Conhecendo e Compreendendo a Escola Nossa Senhora da Conceição..... | 14 |
| 2.2 Contexto Social, Quem São Seus Moradores..... | 18 |
| 2.3 Como a Gestão Democrática se Organiza em Vista desta Realidade..... | 24 |
| 3. DIÁLOGOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA E AS ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DOS PROCESSOS PEDAGÓGICOS NO CONTEXTO DA ESCOLA..... | 26 |
| 4. ESCOLA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO: NECESSIDADES E DESAFIOS..... | 36 |
| 5. REFERÊNCIAS..... | 45 |

APRESENTAÇÃO

Quando ingressei no curso de Especialização em Gestão Educacional da UFSM, em 2010, logo após ter concluído o curso de graduação em Pedagogia, pela mesma instituição de ensino, pensava que a gestão tratava apenas dos processos administrativos da escola, baseando-se em teorias e experiências de professores e autores do passado. Porém, conforme aprofundava e desenvolvia minhas leituras, percebia que novas perspectivas, ou melhor, que muitas maneiras de gestar a educação foram constituindo a história da educação no Brasil e no Mundo. É a partir da gestão que hoje traçamos as linhas na educação de um país. Percebi que a educação é de fato um processo em constantes transformações, que requer as relações entre meios políticos, meios pedagógicos, meios institucionais, enfim, que é cercada por uma rede social, que visa à qualidade da educação para todos, conforme a legislação sustenta. Apesar disso, a educação Brasileira, encontra muitos desafios a serem superados, principalmente quando nos deparamos com uma comunidade carente como a que foi investigada nesta pesquisa.

Os diversos processos educacionais vêm sendo discutidos em encontros, conferências, congressos, nas escolas, universidades, buscando formas de diagnosticar quais as necessidades dos educando com relação à educação, partindo disso, podemos perceber que a educação pode trazer para o cidadão dignidade, respeito, qualidade de vida e que nada pode acontecer em relação às mudanças e transformações que não comece pela educação.

Em 2002, iniciei minha trajetória como voluntária de um grupo de jovens, o Rotaract Club Santa Maria, na comunidade carente de Nossa Senhora da Conceição, periferia de Santa Maria, quando cheguei lá me deparei com uma realidade que nunca havia visto.

Por ser uma comunidade de periferia ou subúrbio, acumula muitas dificuldades sociais (desemprego, marginalização, exclusão social, tráfico e uso de drogas), fazendo com que toda a comunidade esteja sempre alerta com pessoas estranhas que frequentem a comunidade. Com o passar do tempo, começaram a perceber que nosso propósito era apenas de levar

conhecimento aliado a busca pelos direitos sociais e melhores condições de vida, para aquela comunidade carente e esquecida. Neste sentido começamos nosso trabalho pela escola. Foi lá que percebemos as dificuldades encontradas pela equipe diretiva, para manter a escola em uma comunidade carente como aquela.

Anos depois, ingressei na Universidade Federal de Santa Maria, como acadêmica do curso de Pedagogia, foi quando resolvi trabalhar como estagiária¹, nesta mesma escola. Acabei me envolvendo cada vez mais com a escola, comunidade e os problemas sociais que lá existiam. Minha pesquisa de conclusão de curso (TCC) foi desenvolvida nesta mesma escola, bem como os dois estágios, educação infantil e anos iniciais. Após me formar fui convidada a trabalhar como professora, recebendo remuneração pelo programa social Mais Educação². Minha função era ministrar aulas de reforço para 1º e 2º ano, no turno inverso ao das aulas da escola.

Ao longo destes anos de convivência com a comunidade, percebi que a maioria das famílias é estruturada economicamente e em seus vínculos parentais de diferentes formas. Pais separados e casados novamente, constituindo novas famílias, mães com filhos de vários pais, crianças criadas por avós, tios e vizinhos. Notou-se que a situação socioeconômica é o fator que mais tem contribuído para a desestruturação da família, repercutindo diretamente nos mais vulneráveis desse grupo: os filhos.

¹ Estagiário é designado como a atendente da Educação infantil que desempenha trabalhos de menor responsabilidade e são contratados mediante convênios com empresas que recrutam estudantes do Nível Médio (Escola Básica) com a finalidade de apoiar o trabalho das professoras, mas não de substituí-lo.

² O Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, aumenta a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas que foram agrupadas em macrocampos como acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educação científica e educação econômica. A iniciativa é coordenada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) e com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Sua operacionalização é feita por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O programa visa fomentar atividades para melhorar o ambiente escolar, tendo como base estudos desenvolvidos pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), utilizando os resultados da Prova Brasil de 2005. Nesses estudos destacou-se o uso do “Índice de Efeito Escola – IEE”, indicador do impacto que a escola pode ter na vida e no aprendizado do estudante, cruzando-se informações socioeconômicas do município no qual a escola está localizada.(portal mec.gov.br).

A pobreza, a miséria, a falta de perspectiva de um projeto existencial que vislumbre a melhoria da qualidade de vida, impõe a toda a família uma luta desigual e desumana pela sobrevivência. Essa situação, inicialmente temporária, pode se estabelecer à medida que as articulações na rua com pessoas estranhas vão se fortalecendo, ficando o retorno dessas crianças ao convívio sócio familiar cada vez mais distante. Talvez por esses motivos muitos pais optem por deixar seus filhos na escola, mas sem as perspectivas de que tenham uma educação de qualidade e sem ter ideia que sua participação na escola é essencial para a tomada de decisões importantes, que irão influenciar diretamente na educação de seus filhos, constituindo-se desta forma uma gestão democrática.

O que me leva a esta discussão neste trabalho monográfico, é a percepção acerca do contexto da escola, das discussões sobre a gestão educacional do país, no âmbito das políticas públicas.

A partir destas colocações, e no intuito de responder as problematizações que permearam todo o curso de Especialização em Gestão Educacional que fiz, decidi pesquisar os processos de gestão, como a escola consegue organizar-se no contexto em que seus moradores vivem e como acontece a gestão dentro da escola, investigando as estratégias de gestão dos processos políticos e pedagógicos no contexto da escola Nossa Senhora da Conceição.

Partirei de um diálogo sobre gestão democrática, embasado em autores como : Veiga, Sander, Lück, Libanêo e outros que debatem este tema, bem como na análise de materiais da escola, (documentos) e conversas com o corpo docente, direção e comunidade.

1. DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Para atender as proposições elencadas nesta pesquisa, a metodologia utilizada baseia-se na abordagem qualitativa de caráter documental, que dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com objeto de estudo.

Nas ciências sociais e, em especial, na Educação, a metodologia utilizada para pesquisas que melhor oferecem resultados é a qualitativa, na medida em que é possível realiza as seguintes considerações:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado...ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos (MINAYO, p.21 e 22, 2000).

Ao pesquisar desta forma, a pesquisa qualitativa surge em resposta á necessidade de um método diferenciado para pesquisa e análise de fenômenos da sociedade. Assim, a pesquisa deixa de ser apenas o ato de descrever e comprovar fatos reais, como na abordagem quantitativa, apresenta-se como caminho para “construção de textos que dizem respeito a

fatos socialmente construídos e que mantêm a consciência da distância que separa a interpretação da realidade” (MELUCCI, 2005, p. 34).

Tendo em vista o propósito de analisar quais orientações sobre a gestão e sua organização dentro da escola, identificar os processos de gestão analisando as especificidades de cada um das etapas (Educação Infantil e Anos Iniciais), e investigar as estratégias de gestão dos processos políticos e pedagógicos no contexto da escola Nossa Senhora da Conceição, esta pesquisa trabalha diretamente com a investigação e interpretação de uma realidade materializada em escritos documentais da escola, circundada em possibilidades de análise oferecidas pelos materiais abordados e pelos questionamentos direcionados a ela. Por meio deste, a pesquisa buscou-se compreender os fenômenos sociais que acontecem nesta comunidade, esquecida pelos órgãos que deveriam protegê-las e preservá-las.

Uma pesquisa documental, constituída por um exame de documentos que ainda não foram totalmente explorados e podem ser reexaminados com uma interpretação nova ou complementar, pode ser útil também para novas pesquisas e reinterpretações. Frente esta opção, faz-se necessário explicar o entendimento sobre esta abordagem e sua justificativa no estudo do objeto em questão.

Quando decidi realizar este estudo, senti-me como imergindo em algo que nunca antes foi tocado, visto ou avaliado, para tanto, iniciei minha pesquisa verificando as possibilidades de pesquisar materiais tão diversificados como os que iria utilizar na realização desta pesquisa, que foram: livros atas da Escola Nossa Senhora da Conceição, listas de chamadas, diários de classe, boletins, cadernos de planejamento, PPP da escola, regimento da escola e fotografias. Estes materiais estariam sendo utilizados pela primeira vez como objeto de estudo de uma pesquisa, por este motivo muitas colocações que fiz neste estudo são baseadas em minhas análises perante a interpretação da leitura destes materiais.

Outro fator foi à experiência de pesquisar em um universo familiar, no que foi por muitos anos meu ambiente de trabalho, isso dificultou o afastamento com o problema que estava sendo abordado, o objeto de

pesquisa, por mais que tentasse afastar-me dos problemas e necessidades daquela comunidade, por muitas vezes não conseguia.

Como procedimento para chegar ao que foi proposto, optou-se pela pesquisa documental, desenvolvida a partir da “busca por informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico”.. (OLIVEIRA,2007, p. 69).

Segundo GIL 2002, p. 45,

A pesquisa documental assemelha-se muito á pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores e sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas cabe considerar que, enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas sobre tudo por material impresso localizado nas bibliotecas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. Há de um lado os documentos de primeira mão, que não receberam tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como: associações, sindicatos, igrejas, escolas. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, ofícios, boletins, livros de atas, diários de classe.

De outro lado a os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas e outros.

Nem sempre fica clara a distinção entre a pesquisa bibliográfica e a documental já que, a rigor, as fontes bibliográficas nada mais são do que documentos impressos para determinado público.

Faz necessário dizer que esta pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, são considerados as fontes primárias ou dados originais, a partir dos quais se tem uma relação direta com os fatos a serem analisados, nos quais o pesquisador é quem analisa (OLIVEIRA, 2007).

A partir destas abordagens metodológicas, produziu-se um texto permeado na análise dos conteúdos dos documentos referenciados, e baseado em conversas com a diretora, professores e funcionários da escola e para tanto, está circunscrito por suas múltiplas possibilidades de discussão.

2. HISTÓRICO DA ESCOLA E CONTEXTO SOCIAL: COMO A GESTÃO DEMOCRÁTICA SE ORGANIZA PERANTE ESTA REALIDADE.

2.1 Conhecendo e Compreendendo a Escola Nossa Senhora da Conceição.

A Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição, foi fundada em 1985, e localiza-se na Rua João Paulo Nunes, S/N, Vila Conceição, ao Norte do

Município, próximo ao Morro das Antenas, atende crianças de Educação Infantil (maternal e pré-escola) e Ensino Fundamental até o quinto ano.

A Escola provém de um reassentamento de cem famílias das quais oitenta por cento moravam próximas ao Arroio Cadena e outros viviam na zona rural de Santa Maria. Neste ano ocorreu uma grande enchente, e o prefeito da época Dr. José Haidar Farret, escolheu o local mais próximo para a colocação das pessoas desabrigadas, procurando dar-lhes condições de infraestrutura, como: água, luz e uma escola. A escola teve como primeira professora Eva Nelci Borba Koop, e funcionava de forma de classe multiseriadas.

O nome, Nossa Senhora da Conceição é devido à padroeira da cidade. Logo que começou a funcionar, em 1985, a Escola atendia vinte e cinco alunos de primeira a quarta série, com professor único, classe multiseriadas. Logo em seguida uma mãe começou a auxiliar no trabalho da escola, fazendo a limpeza e preparando as refeições que eram fornecidas as crianças. Mais tarde, vindo a tornar-se funcionária.

No passado foi alvo de constantes arrombamentos, depredações e falta de conservação pelos órgãos públicos. Era uma construção de madeira tomada de cupins e outros insetos, semidestruída e prestes a desabar, nível altíssimo de evasão e repetências. Ao longo dos anos esta realidade foi sendo modificada, hoje, a Escola conta com uma equipe formada pela Diretora Valéria Haag, duas funcionárias, cinco professores, e um vigilante, e atendem da Educação Infantil ao Ensino Fundamental. A escola foi reformada, toda feita em alvenaria e dispõe de cinco salas de aula, secretaria, refeitório, cozinha, quadra de esportes, não coberta, pracinha para as crianças menores, quatro banheiros para os alunos, e um banheiro para os professores.

A escola funciona nos dois turnos, de manhã, duas sala de aula são ocupadas pela educação infantil, uma com turma de maternal, outra com turma de pré-escola. Nos anos iniciais, temos as turmas de 3º, 4º e 5º que ficam na mesma sala, tendo uma única professora para ministrar as aulas, permanecendo uma sala multisseriada.

Segundo a secretaria de educação do município, não há número suficiente de alunos para contratação de um professor para cada turma. As turmas eram formadas respectivamente por: terceiro ano, 15 crianças, quarto ano, 12 crianças e o quinto ano, por 3 crianças, no total trinta crianças. (dados do ano letivo de 2011, retirados das listas de chamada da escola).

No turno da tarde a escola funciona, com uma turma de educação infantil, formada por alunos que são do turno integral (tanto da pré – escola como do maternal) e mais os que precisam ficar somente á tarde, totalizando dezessete crianças ao total. As crianças têm apenas uma professora para atendê-los nos dois turnos da escola.

Nos anos iniciais funcionam as turmas de 1º e 2º ano, na mesma sala também com uma única professora, o primeiro ano, formado por 9 crianças e segundo ano por 8 crianças, no total 25 crianças, em uma sala de aula.

Há uma diretora para atender as duas modalidades, Anos Iniciais e Educação Infantil. A gestão da escola também não conta com apoio de coordenadoras pedagógicas para auxiliarem no trabalho pedagógico que esta sendo desenvolvido, sendo assim muitas vezes a diretora não consegue verificar os planos de aula de seus professores, auxiliá-los em suas dúvidas e na própria prática pedagógica que estão desenvolvendo em sala de aula.

As verbas são destinadas separadamente, cada uma para sua modalidade, ou seja, anos iniciais recebe o que é de direito seu e deve ser aplicado nesta modalidade. Com a educação infantil também funciona desta maneira. “Muitas vezes o dinheiro é curto, e precisamos manobrar para conseguir atender a todas as demandas das crianças e da escola”. (Fala da diretora).

A escola atende a uma das clientela mais carentes de Santa Maria, ao todo são sessenta e quatro crianças que frequentam a escola regularmente. Uma escola que tem suas transformações lentas, através de pequenas, mas, contínuas ações. Conta com parcerias de várias entidades Santa-marienses como: Banco do Brasil, Rotary, Rotaract, Casa da Amizade, Empresa de Transporte Salgado Filho. Estas entidades, além de fazerem trabalhos de

recreação com as crianças algumas vezes no ano, também são doadores de materiais escolares e ou, doam quantias em dinheiro para ajudar a melhorar a estrutura física da escola e sanar problemas de ordem funcional, já que quem deveria ser responsável, não presta a assistência necessária.

Embora a escola seja nova, a estrutura física comporta diversos problemas de infraestrutura, um deles é que a escola não está preparada para receber turmas de Educação Infantil, pois a maioria dos locais só pode ser acessada por meio de escadarias, nos banheiros os vasos sanitários não estão no tamanho necessário para as crianças menores, as crianças necessitam usar adaptadores para poderem usá-los, bem como os bebedouros. O pátio da escola é acidentado e recoberto por pedras britas.

As salas de aula, mesmo sendo grandes, devido à aglomeração de turmas tornam-se pequenas e com pouca ventilação nos dias quentes. A sala do maternal é a única que possui ar condicionado, que foi doado pela Associação Banco do Brasil, pois no verão as crianças não conseguiam ficar lá dentro. O espaço físico, ou melhor, a falta dele é um dos maiores problemas.

Também conta com um laboratório de informática novo, o qual precisou ser instalado em uma sala de aula, que era utilizada como biblioteca antes pelos alunos, por falta de estrutura física. Cabe aqui ressaltar a luta incessante da diretora para conseguir concluir esta ação, pois ela recebeu uma doação da receita federal de 20 computadores, através da mediação do Rotaract Club Santa Maria, para que fossem doados à escola Nossa Senhora da Conceição. A direção, porém, não conseguia ajuda para custear os gastos com as instalações.

Para solucionar este problema, após várias tentativas de negociação com a secretaria de educação do município, e órgãos afins, a diretora buscou ajuda novamente junto aos seus parceiros, e mais uma vez, uma entidade solucionou o problema. Na ocasião eu ainda trabalhava como professora pelo programa mais educação lá, e pude presenciar a entrega de um cheque no valor de R\$ 3.000,00, para custear as despesas com instalação dos computadores, internet, confecção dos móveis para receber os computadores, troca de voltagem de luz de monofásica para trifásica e fiação. A doação foi

feita pela entidade Rotary Club Santa Maria e hoje como homenagem a sala de informática da escola leva este nome.

Outro aspecto que chama atenção, é que durante os anos de 1986 a 1999, a Educação Infantil na Escola Nossa Senhora da Conceição atendia as crianças apenas em caráter assistencialista, não institucionalizada, pois se tratava de um atendimento a crianças e famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social. Tal caracterização desta educação infantil como um serviço afasta-se da concepção de um bem público gratuito que deve ser garantido como direito às crianças e famílias daquela região.

Através de um levantamento de dados, realizado em 2010, para a pesquisa de conclusão do curso de pedagogia, constatamos que os índices de reprovação e evasão escolar eram altíssimos até por volta do ano de 1999. Além dos índices de reprovação e evasão, a escola enfrentava outro problema: o fato dos pais dos alunos serem muito instáveis nas relações familiares e de vínculos afetivos informalizados. Esta instabilidade confere a esta população a característica de *nômades*, pois mudam de local/moradia tantas vezes quantas fazem-desmancham-refazem os seus vínculos familiares/afetivos. Tal característica implica em altos índices de transferências, porém nem sempre estas crianças transferidas tinham acesso à escola, muitas retornavam mais tarde para a escola na mesma série, ou com muito pouco progresso. Nestas situações observou-se que para os pais a trajetória escolar dos filhos pouco lhes interessava, e a escola nada podia fazer para minimizar o impacto na aprendizagem das crianças.

A partir de 2000 a escola passa a oferecer a educação infantil de forma institucional formalizada, com auxílio de professoras especializadas e uma estrutura própria, ao menos do ponto de vista do espaço físico e dos recursos. Nesta área, as crianças passam a se beneficiar também de uma inserção na cultura escolar antes do ingresso na primeira série, extrapolando os cuidados restritos à alimentação para receber também um ensino de “qualidade”.

Através desta pesquisa foi evidenciado que a educação infantil (primeira etapa da educação básica) tem grande influencia no sucesso e permanência do aluno na escola, principalmente nos quatro primeiros anos, e

principalmente nesta comunidade, que enfrenta tantos problemas sociais.

Notamos então que, a educação infantil pode ser o viés para a saída da situação de vulnerabilidade social de muitas comunidades periféricas, pois a partir do momento em que a criança perceber que através da educação ela pode tornar-se uma pessoa melhor, ela passa a ser impulsionada pela vontade de crescer profissionalmente e desta maneira melhorar sua qualidade de vida.

Apesar de todos os transtornos que são constantes, a escola reflete um centro de formação humana, preocupada com a (trans) formação da realidade na qual está inserida, sendo assim é referência para os alunos e moradores daquela comunidade.

2.2 Contexto Social, Quem São Seus Moradores.

Na comunidade, podemos evidenciar a baixa escolaridade dos pais das crianças, visto que a maioria não concluiu o ensino fundamental, além de serem frutos de uma geração de baixa expectativa educacional devido às colocações que ocupam no mundo do trabalho. Alguns frequentaram o ensino médio, mas a grande maioria não chegou a concluir o quinto ano do ensino fundamental, e muitos são, inclusive, oriundos dessa própria trajetória escolar, dessa mesma instituição. Podemos entender que há uma relação entre a educação tanto do pai quanto da mãe, e que esta tem influência sobre o abandono e a repetência escolar. Por exemplo, a criança cujos pais não têm escolaridade nenhuma, tem muito mais chances de desistir da escola e começar a trabalhar do que uma criança cujos pais têm uma escolaridade mínima. Segundo um levantamento feito pela Fundação Getúlio Vargas mostra que a instrução da mãe aumenta em quatro vezes a chance de o filho ter acesso ao ensino. "A maternidade está associada a um estado especial em termos de conquistas sociais. São as mães que passam valores, crenças, religiosidades. Deveriam ser vistas como as protagonistas de políticas sociais", defende Marcelo Néri, economista-chefe do Centro de Estudos Sociais da FGV.

As consequências da baixa renda a que estão sujeitas estas famílias

(pobreza) podem ter precipitado a ida dessas pessoas adultas – os pais das crianças - para a rua, pois tinham de ajudar no orçamento familiar, na maioria das vezes ocasionando, o abandono da escola. Este pode ser um dos motivos pelos quais os adultos de hoje – pais das crianças que frequentam a escola atualmente - não sejam tão interessados com a aprendizagem dos filhos: fazem isso para que a criança não fique em casa ou na rua causando problemas e reproduzindo sua própria história. Outro fator que contribui para que os pais obriguem seus filhos a frequentarem a escola é a necessidade do atestado de frequência para o recebimento de programas sociais oferecidos pelo governo, no caso, o bolsa-família, pois todos os pais dos alunos são cadastrados, e a frequência mínima exigida pelo governo é de 85%..

Para a comunidade em si, a escola é um meio encontrado para que as crianças ao invés de ficarem expostas na rua ou causando transtornos, fiquem dentro de uma sala de aula. Eles não têm conhecimento que a educação fundamenta-se na formação integral da criança como um ser completo e indivisível, proporcionando-lhe, desde cedo, espaços vivos e de informações sobre os diferentes conteúdos que compõem o universo do conhecimento contido no nosso mundo, a socialização e a prevenção.

2.3 Como a Gestão Democrática se Organiza em Vista desta Realidade.

Se, por um lado, parece difícil entendermos a dinâmica existente no interior das comunidades, famílias e seus filhos, por outro, analisar as condições de trabalho da escola é também um problema que precisa ser muito refletido. Se considerarmos a família como um segmento indispensável para a construção de uma gestão democrática, parece cada dia mais importante e necessária, inclusive porque as articulações da família com a escola se transformam, assim como as novas estruturas que sustentam as relações familiares. A gestão democrática deve assegurar a presença da família para refletir sobre o processo educativo, sugerindo, indicando caminhos, questionando e participando.

A escola Nossa Senhora da Conceição, possui um projeto político

pedagógico para cada modalidade, ambos procuram contemplar as necessidades da escola, comunidade e crianças que frequentam este ambiente. O projeto político pedagógico foi construído pela diretora, professores, funcionários e pela comunidade. Procurando atender desde necessidades básicas como alimentação que é oferecida em quatro horários para educação infantil e em dois para os anos iniciais, até ações comunitárias como: oficina de apoio comunitário, estudos das reais condições da população, palestras sobre direitos e deveres dos cidadãos, campanhas para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e uso de drogas. Estas oficinas, na maioria das vezes são oferecidas pelas entidades que apoiam a escola, assumindo mais uma vez o papel dos governos, e tentando modificar um pouco a realidade daquela comunidade.

Para Marques (1998, p.11 apud Paro 2000, p. 61), afirma categoricamente que “a escola pública de nossos dias não pode limitar-se a função de ensinar. Exige-se a função de animação cultural, a função de ocupação dos tempos livres e a função de socialização”.

Neste sentido, a direção da escola preocupa-se com a formação das crianças, não apenas no que eles aprendem dentro da escola, mas no convívio diário na comunidade que moram, nas relações de vizinhança, abrindo a escola e oferecendo oportunidades de aprendizagem para toda comunidade que lá vive mesmo esta muitas vezes não frequentando o que está sendo oferecido.

Outro ponto que podemos destacar é a falta de participação da comunidade nas decisões da escola, na maioria das reuniões e assembleias quase ninguém participa, ficando a tomada de decisões importantes somente pela direção, professores e funcionários. Os pais na maioria das vezes só vêm para a escola quando são convidados para confraternizações, ou seja, quando a escola oferece um lanche ou café, sendo essa muitas vezes uma estratégia usada pela direção da escola para atrair os pais até a escola. Nestes dias, a maioria dos pais costuma participar e antes da confraternização a diretora aproveita para debater e ouvir a opinião dos pais sobre assuntos que dizem respeito à escola. Segundo a diretora, a opinião dos pais é muito importante para a tomada de decisões que dizem respeito à escola, e ela necessita que a comunidade esteja sempre ao seu lado, principalmente por motivos de

segurança dos professores e crianças, visto que a escola localiza-se em uma zona chamada de “risco.”.

Para a autora Ilma Veiga, a gestão democrática, exige coordenação de forma cooperativa, respeitando as responsabilidades da cada um, pois,

(...) a família não é convidada da escola, num dia especial do ano, marcado por muita propaganda, mas sujeito ativo do cotidiano escolar e partícipe de suas decisões e orientações. (...) o dia da Família na escola é a consagração da prática do espontaneísmo, esvaziando a escola de seu conteúdo pedagógico e diminuindo sua função de construir e socializar o conhecimento e, assim contribuir para o enriquecimento cultural. (CNTE 2001, p.1)

A escola ainda enfrenta um problema muito grave, que se trata do descaso dos órgãos responsáveis pela manutenção da infraestrutura e corpo docente, fazendo com que na época desta pesquisa, uma única professora ministrasse aulas para crianças do 3º, 4º e 5º ano em uma mesma sala de aula, no turno da manhã, e 1º e 2º ano, no turno da tarde. Cabe ressaltar aqui, que, as turmas multisseriadas não seriam um problema, visto que muitas escolas, principalmente as localizadas em zonas rurais, funcionam perfeitamente nestas condições. Porém o que verificamos na escola, objeto de estudo, é que muitas vezes enquanto a professora atendia a uma criança que estava apresentando determinada dificuldade, algumas crianças por sua vez, chegavam até a agredirem os demais colegas enquanto a professora não estava vendo-os, além de fugirem da sala de aula.

Por várias vezes observamos a professora desta turma interromper suas aulas para buscar os alunos que haviam fugido ou ficar por muito tempo tentando resolver os conflitos que eram gerados dentro da sala.

Além de o turno vespertino ser prejudicado devido à falta de horário de ônibus para a comunidade. Existe um horário às 12h e 30 minutos, que sai do

centro da cidade, no sentido comunidade Nossa Senhora da Conceição, o qual os professores do turno da tarde utilizam. Este ônibus chega por volta das 13h00min na parada, os professores ainda precisam caminhar mais ou menos 10 minutos para chegarem até a escola. Para o retorno, o último horário da comunidade é disponibilizado as 16 h e 45 minutos, fazendo com que o turno da tarde seja encerrado as 16h e 30 min, ficando um saldo devedor diariamente de 30 minutos para as crianças que estudam á tarde. Segundo a empresa de ônibus que realiza esta linha, não existem possibilidades de colocar outros horários que favoreçam os professores e principalmente as crianças, principais prejudicados, pois a comunidade está localizada em uma zona de risco muito grande de assaltos à mão armada, colocando em risco a vida dos funcionários da empresa.

A escola necessitaria funcionar com um calendário diferenciado das demais escolas e ter um ano letivo mais prolongado ou ministrar aulas alguns sábados durante o ano para recuperar este tempo que está sendo perdido diariamente, para que a aprendizagem das crianças não ficasse prejudicada.

A escola precisa abrir nos dois turnos, pois não possui estrutura suficiente (salas de aula), para funcionar apenas em um, como a diretora afirma que se pudesse faria, para não prejudicar as crianças.

Outra justificativa utilizada pela secretaria de educação, para argumentar a falta de professor para a escola, é o fato de que cada professor que é disponibilizado para lá, torna-se inviável financeiramente, pois é preciso pagar o benefício de difícil acesso a eles, elevando muito os gastos com os docentes daquela escola.

Todos os anos a escola enfrenta a possibilidade de fechamento, caso não atinja o número de alunos mínimo matriculados, que é exigido pelas secretarias de educação, se isso acontecer realmente, muitas destas crianças não terão condições de saírem da comunidade que vivem para estudarem em outras escolas, mesmo que seja oferecido transporte escolar, pois este não consegue chegar até as ruas mais afastadas da comunidade, pois, a maioria não é asfaltada e se quer recebem manutenção, necessitando que as crianças se desloquem por um trecho para ir ao encontro do transporte, como acontece com as crianças que já terminaram o quinto ano e hoje frequentam escolas em

outras comunidades.

As questões que envolvem administração de recursos são as mais preocupantes, segundo a diretora, pois as verbas são poucas, e ela precisa honrar seus compromissos junto à comunidade e principalmente dar conta de um dos problemas que até hoje preocupa a comunidade, a fome, muitas crianças chegam à escola sem receber alimentação em casa, e necessitam alimentar-se, pois sem isso, seu aprendizado ficaria prejudicado.

A direção da escola preocupa-se muito com esta questão de alimentação, muitas vezes utilizado quase que toda verba destinada para escola para compra de alimentos que são preparados e servidos para as crianças na escola, sempre que possível as crianças do turno da manhã almoçam, e as da tarde jantam antes de retornarem para suas casas, garantindo desta forma, que seja no mínimo oferecido uma vez ao dia uma refeição digna para estas crianças.

Neste sentido verifica-se a fragilidade de nosso sistema de educação, pois as verbas são disponibilizadas sem levar em conta a realidade de cada escola e comunidade, ou seja, todas escolas recebem a mesma porcentagem, o que difere é o número de alunos matriculados, de acordo com os dados do censo escolar do ano anterior, e neste caso a escola Nossa Senhora da Conceição fica prejudicada, pois tem poucos alunos. Também se leva em conta, os números de aprovações por escola. Quanto mais aprovados, maiores serão as verbas designadas, deixando claras a política quantitativa e meritocracia.

Neste sentido, a educação, está inserida num quadro de transformações que seguem as tendências internacionais que aplicam exigências ao país, estas geradas pela reorganização das instituições capitalistas. Vivemos e convivemos em um mundo capitalista, em que o valor das coisas é nominado pelo poder do mercado, e a qualidade da educação, tomada como mercadoria gera a necessidade de mudanças, que muitas vezes não atendem a necessidades específicas de cada realidade.

A diretora é a única responsável pela administração, gestão da escola, e parte pedagógica. As reuniões de planejamento são realizadas mensalmente,

durante o dia todo, dividida em dois turnos, educação infantil de manhã e anos iniciais à tarde. Na maioria das vezes, devido ao pouco tempo, as questões que envolvem o planejamento de atividades não podem ser debatidas, pois são tratados outros assuntos não sobrando tempo para discutir as estratégias, metodologias, atividades que serão utilizadas com as crianças.

2.4 A importância do planejamento.

Entende-se que o planejamento é um meio para programar as ações docentes, mas é também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação. Ensinar bem é saber planejar. É importante que o planejamento esteja presente em todas as atividades escolares. É a etapa mais importante do projeto pedagógico, porque é nesta etapa que as metas são articuladas às estratégias e ambas são ajustadas às possibilidades reais da escola. A maioria dos professores queixa-se da falta destes momentos para debater sua prática, bem como os sucessos e fracassos nesta trajetória.

O conceito de planejamento é algo bem amplo que pode ser compreendido de várias formas sendo que também pode ser compreendido como o define Vasconcellos (2000, p. 79):

O planejamento enquanto construção-transformação de representações é uma mediação teórica metodológica para ação, que em função de tal mediação passa a ser consciente e intencional. Tem por finalidade procurar fazer algo vir à tona, fazer acontecer, concretizar, e para isto é necessário estabelecer as condições objetivas e subjetivas prevendo o desenvolvimento da ação no tempo.

Segundo a definição que Vasconcellos atribui para o ato de planejar, podemos perceber que este tipo de metodologia visa à integração do indivíduo com a sociedade buscando realizações de ações articuladas dentro de um processo teórico-metodológico, sendo muito importante para a articulação das atividades na escola Nossa Senhora da Conceição.

Hoje, frente ao que foi visto e exposto, podemos evidenciar a necessidade de abordar amplamente as estratégias da política nacional na perspectiva de garantir uma educação para todos de qualidade. Buscar frente ao modelo de educação proposto para a gestão democrática e participativa, uma ligação cada vez maior entre os segmentos da escola, família e comunidade, pra que desta forma se consiga entender oque é o aluno hoje, o que ele necessita ao longo da sua escolarização e suas exigências específicas e sobre tudo, oferecer-lhe mais recursos educacionais, para dar respostas a sua necessidade de aprendizagem e poder mudar a comunidade onde vive.

3. DIÁLOGOS A CERCA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E AS 3. ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DOS PROCESSOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS NO CONTEXTO DA ESCOLA.

É o sonho de toda e qualquer escola, ter uma gestão democrática, atrelada a sua prática pedagógica, porém esta realidade está muitas vezes distante de acontecer, muitos são os problemas encontrados pela escola. As desigualdades sociais ainda são os principais entraves para esta conquista. É uma ficção necessária, uma figura de justiça que, longe de ser uma herança do passado, conserva uma necessidade profunda e real da tomada crítica de consciência sobre a escola e a sociedade de hoje, a busca incessante pela igualdade na educação.

Para o autor François DUBET, 2003, p. 49, em sua obra, o que é uma escola justa? “a igualdade das oportunidades é necessária porque mobiliza princípios de justiça e postulados morais fundamentais em uma sociedade democrática”. Neste sentido, a igualdade das oportunidades é fundamental para que o indivíduo possa escolher o que quer para si. É por esta razão que a igualdade de acesso aos estudos é tão decisiva na vida de uma pessoa, muitas vezes possibilitando que esta progrida consideravelmente em relação aos seus antecessores.

Ao longo da história da educação, muitas conquistas já foram alcançadas, embora muito lentamente. O termo gestão democrática não é só mais uma conquista, é uma conquista muito recente na educação brasileira. Este conceito vem aos poucos tomando cada vez mais espaço nos discursos educacionais, embora ele muitas vezes seja compreendido ou colocado em

prática de forma controversa.

Na escola que foi objeto de estudo, percebemos que, por muitas vezes a gestão encontrava obstáculo dos quais ela necessitava driblar, como no caso dos recursos financeiros, que na maioria das vezes precisam ser investidos na alimentação ao invés de serem utilizados para outros fins como: compra de livros novos para a biblioteca, melhoria das condições de estruturação das salas de aula, instalação de mais ventiladores ou ar condicionados, construção de uma quadra coberta para que as crianças possam praticar esportes em dias de chuva ou muito calor e outros.

Por um longo período da nossa história, a educação esteve centralizada nas camadas de poder. De acordo com Sander, as políticas públicas da educação estiveram sempre atreladas ao contexto político, social e econômico da sociedade. Dessa forma, o autor destaca cinco momentos importantes de nossa caminhada histórica na educação e que influenciaram nossas políticas: o momento da colonização, o momento da ordem e o progresso, o momento dos Pioneiros da Educação, o momento da economia da educação e o momento da reconstrução democrática, tendo como precursor Paulo Freire. O último momento, de acordo com o autor, é o momento da construção democrática, momento vivido nas últimas décadas, no qual luta-se pelos direitos humanos, pela liberdade, pela organização e resistência da sociedade civil, pelos valores e compromissos éticos.

Esse último momento que foi destacado por Sander (2005), passou pela grande mobilização da sociedade civil em torno da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e veio constituindo-se em um momento de defesa da escola pública e da luta pela valorização dos profissionais da educação. E no que diz respeito à organização e administração do ensino, essa fase foi de avaliação da experiência brasileira e de ensaio de novas perspectivas teóricas nesse campo.

No percurso de todo esse contexto histórico, Sander aponta para o fato de que a sistematização das práticas de organização e administração se manifestou no mundo a partir do século 19, durante a Revolução Industrial, quando surgiram as teorias da administração. Aos poucos o campo da

administração foi ficando cada vez mais específico, o que acabou desenvolvendo a administração da educação, como campo de estudo da atividade profissional.

No campo empresarial, Sander nos lembra de que aos poucos foram surgindo novos conceitos administrativos, como os termos gestão e gerência. No campo da educação, por todo o mundo, de acordo com Sander, o ensino e sua organização tiveram sempre um caráter normativo e prescritivo, e assim também ocorreu no Brasil, do Descobrimento à Primeira República.

Diante de todo esse contexto, conforme aponta Sander, pode-se dizer que no decorrer de toda a nossa vida republicana, foi o termo administração que dominou o campo educativo. O termo gestão apareceu a pouco mais de duas décadas e, no início, era encarado com muita desconfiança e desaprovação, por justamente ele ter se originado no campo empresarial.

Este termo, para muitas pessoas, é quase sinônimo de administração, mas muitos pesquisadores vêm estudando a fundo estas terminologias, ao mesmo tempo em que vêm chamando a atenção para a “postura dialógica subjacente ao conceito de gestão como forma de governo da educação em seus distintos níveis e modalidades de ensino” (CURY, 2002, p. 164 apud SANDER, 2005, p. 125).

Sander (2005) então destaca que é nesse contexto que nasceu o conceito de gestão democrática da educação, e que

é certo que o termo gestão vem-se impondo crescentemente no pensamento administrativo do setor público e da educação brasileira. É consagrado na Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e em numerosos instrumentos normativos dos sistemas de ensino do país. Integra o vocabulário politizado dos movimentos sindicais e de outras entidades da sociedade civil organizada. Enfim, representa hoje o novo discurso político e

administrativo no governo da coisa pública e da educação, tanto estatal como privada, confessional ou não. É assim no Brasil e em outros países da América Latina, como tem sido em alguns países da Europa e na América do Norte (SANDER, 2005, p. 124).

A gestão democrática do ensino público está então assegurada no art. 206 da Constituição Federal de 1988, que institui que um dos princípios, em cuja base o ensino será ministrado, é o do inciso VI: “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (BRASIL, 1988). Mais tarde, também foi regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 – Lei nº 9394/96, no art 3º, inciso VIII, e art. 14 e 15:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as

normas gerais de direito financeiro público (BRASIL, 1996).

O Estado do Rio Grande do Sul dispõe ainda sobre a Gestão Democrática do Ensino Público. A Lei nº. 11.695, de 10 de dezembro de 2001, em seus arts. 1º, 2º e 3º traz algumas observações relacionadas à gestão democrática dentro das instituições.

Art. 1º - A gestão democrática do ensino público, princípio inscrito no artigo 206, inciso VI da Constituição Federal e no artigo 197, inciso VI da Constituição do Estado, será exercida na forma desta lei, com vista à observância dos seguintes preceitos:

I - autonomia dos estabelecimentos de ensino na gestão administrativa, financeira e pedagógica;

II - livre organização dos segmentos da comunidade escolar;

III - participação dos segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios e em órgãos colegiados;

IV - transparência dos mecanismos administrativos, financeiros e pedagógicos;

V - garantia da descentralização do processo educacional;

VI - valorização dos profissionais da educação;

VII - eficiência no uso dos recursos.

Art. 2º - Os estabelecimentos de ensino serão instituídos como órgãos relativamente autônomos, dotados de autonomia na gestão administrativa, financeira e pedagógica, em consonância com a legislação específica de cada setor.

Art. 3º - Todo estabelecimento de ensino está sujeito à supervisão do Governador e do Secretário de Estado da Educação, na forma prevista para as entidades da Administração Indireta (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2001).

Lück (2006), destaca que a gestão educacional é então uma expressão que ganhou evidência e aceitação principalmente a partir da década de 90, e que vem se constituindo em um conceito comum nos discursos voltados às ações de sistemas de ensino e de escolas. Segundo ela, esse conceito vem sendo aceito e amplamente discutido, sobretudo por que

foi reconhecido como base fundamental para a organização significativa e estabelecimento de unidade nos processos educacionais e mobilização das pessoas voltadas para o desenvolvimento e melhoria da qualidade do ensino que oferecem (LÜCK, 2006, p. 33).

É importante lembrar que a mesma autora destaca este processo como um processo de mudança paradigmática do conceito de administração para o de gestão, sendo este último pensado não como substituição, mas como superação ao conceito de administração (LÜCK, 2006). Podemos então considerar a gestão como um tema de certa forma novo, que traz mudanças significativas no processo de organização dos sistemas de ensino.

Nesse momento, torna-se necessário definir o que é a gestão; para tanto, destacamos o conceito da mesma autora:

Uma forma de conceituar gestão é vê-la como um processo de mobilização da competência e da energia de pessoas coletivamente organizadas para que, por sua participação ativa e competente, promovam a realização, o mais plenamente possível, dos objetivos de sua unidade de trabalho, no caso, os objetivos educacionais (LÜCK, 2006. p. 21).

A gestão escolar, portanto, como forma de organização da escola, para que seja efetivada, depende do grupo de pessoas que a constitui: gestores, professores, funcionários, alunos, pais e comunidade. Somente com este coletivo organizado e mobilizado para definir e criar estratégias para alcançar os objetivos educacionais da instituição, é que a gestão se efetiva. Apresenta-se, assim, a ideia da “necessidade de combinar a ênfase sobre as relações humanas e sobre a participação das decisões com as ações efetivas para atingir com êxito os objetivos específicos da escola” (LIBÂNEO, 2007).

Essa ideia com relação à nova visão da educação e da sua qualidade interferem em mudanças de articulações nas políticas educacionais, tais como: descentralização do poder, efetivando a democratização da gestão escolar, maior autonomia das escolas, reorganização curricular, formas de gestão e direção das escolas feitas de maneira diferenciada e novas tarefas exigidas para os professores, tarefas nas quais podemos referenciar o trabalho com diferentes possibilidades de aprendizado dos alunos, levando em conta sua realidade.

Para se entender a organização escolar atualmente, é preciso associá-la, a aspectos mais gerais da sociedade, como economia e política, focalizando as relações existentes entre elas e a escola.

A Reforma Educacional que iniciou em 1990 no Brasil tem como seu maior marco o Plano Decenal de Educação. Este documento foi destinado a cumprir, no período de dez anos (1993 -2003), as resoluções da Conferência

Mundial sobre Educação para Todos, que foi realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990. O Plano Nacional da Educação, foi “concebido para ser instrumento-guia pela recuperação da educação básica do País e estabelecido com a participação de todas as esferas e agentes do processo educativo (Brasil, Plano Decenal de Educação, p.1)”

De acordo com Michels (2006), a reforma educacional assume a racionalidade administrativa como paradigma. Tendo como base a crítica ao modelo centralizado de planejamento. Na reforma educacional, esse planejamento se apresenta de modo flexibilizado, apontando um novo modelo de gestão.

Desta maneira, descentralizada, a gestão deverá assumir uma dimensão mais participativa e flexível, trazendo a luta por autonomia pedagógica das escolas públicas, que foi uma busca constante da comunidade escolar, como política educacional de gestão escolar por meio da descentralização de sua administração e de seu financiamento.

As escolas como um todo estão projetando-se para desenvolver uma autonomia democrática e participativa que “tem a tarefa essencial de qualidade dos processos de ensino e aprendizagem, mediante práticas pedagógicas e curriculares que propiciam melhores resultados aos alunos”. (LIBANÊO, 2001).

A escola como lugar de aprendizagem e de desenvolvimento de capacidades intelectuais, sociais, culturais, ética não pode preconizar o autoritarismo entre seus sujeitos, porque é na participação do mundo inteiro escolar que os estudantes se formam para o mundo externo, do trabalho, das relações, da política, da academia, ou seja, onde ele irá atuar após o período escolar.

A gestão democrática participativa baseia-se na relação orgânica entre todos os sujeitos envolvidos na escola, no ambiente em que as decisões são tomadas coletivamente, há uma interação nas propostas, todos têm conhecimento nas decisões tomadas. E é participativa no sentido amplo da palavra, todos podem e devem participar dos trabalhos definindo os rumos da escola.

Mudanças ligadas a gestão chegam á escola e alteram a sua organização. A proposta que se verifica tem sido de descentralizar, atribuindo a unidade escolar a responsabilidade de administrar os problemas que ela e a comunidade apresentam. A partir daí, é necessário que os profissionais da educação assumam a função de gestores educacionais, tornando-se um elo entre a escola e a sociedade.

Como dizem os autores, Coll, Palácios e Marchesi (1995, p. 307) a escola tem que se flexibilizar para que possa acolher uma diversidade de alunos com diferentes interesses, motivações e capacidades de aprender. Um ensino que inclua a todos, independentemente de seu talento, dificuldade, deficiência e origem cultural, um tipo de ensino que desafia as escolas, pois esta tem como principio a igualdade de direitos e oportunidades em termos de acesso, ingressos e permanência e, por este motivo, acaba por colocar em crise todo um sistema educacional, fato necessário para novas reavaliações do comportamento e desenvolvimento do ser humano.

Para tanto, conforme o autor Libâneo (2001), em suas publicações acerca da estrutura organizacional de uma escola, a educação escolar tem como tarefa promover a apropriação de saberes, procedimentos e atitudes por parte dos alunos pela ação mediadora dos professores e pela organização e gestão da escola, bem como adequar estratégias para organização e gestão, meta que representa a atual política educacional.

Pensar em educação significa pensar em novas atitudes frente ao aluno, á escola e ás políticas vigentes em nosso país. O que implica que a escola precisa fazer parte de uma rede de políticas de assistências a educação que são bem mais amplas e complexas do que a própria instituição escolar.

Verificamos que os princípios orientadores desta pesquisa, devem andar juntos na trajetória escolar, pois deve haver uma nova postura dos educadores e gestores com relação a qualidade do ensino, a permanência e o sucesso destes alunos na escola, além da efetivação das aprendizagens do aluno adquiridas no ambiente escolar e transferidas para a comunidade onde vivem. É necessário esse “caminhar juntos”, visto que a educação não é mais uma enxurrada de informações destinadas ao aluno, mas sim uma troca entre

professor e aluno, que faz com que o conhecimento tenha significado e seja relevante para o futuro dos educandos.

Uma troca, não somente entre professor e aluno, mas também com relação às políticas públicas em educação, que visam a melhor qualidade de vida dos alunos, ampliação da educação, garantindo os padrões de qualidade de ensino, efetivação de diretrizes de ensino, implementação de um sistema de avaliação voltado ao subsidio do processo de gestão educativa, programas suplementares e de apoio pedagógico aos alunos, ambiente adequado, equipamentos em condições, biblioteca, laboratórios, programas de cultura e paz, contra trabalho infantil, violência, definição de custos de um aluno que assegure condições de educação de qualidade, docentes disponíveis em todas as áreas, planejamento e gestão coletiva de trabalho pedagógico, entre muitas outras atitudes que efetivam a qualidade do ensino em toda sua extensão, desde educação infantil até ensino superior (CONAE, 2009).

A escola de hoje precisa se redimensionar para não apenas ter em sua atuação a possibilidade de conviver com estas crianças provenientes de realidades bem diferentes a que estamos acostumados, carentes, famintos, sem perspectivas de melhorar de vida, mas sim, deve preocupar-se em formar cidadãos mais preparados e qualificados para a nova perspectiva do tempo que vivemos.

O ensino deve contribuir para formar sujeitos capazes de pensar e aprender, promover uma formação global, a fim de suprir as necessidades do lugar onde vivem, desenvolver conhecimentos e capacidades para o exercício de vida autônoma, consciente e crítica de cidadania e por fim formar cidadãos éticos e solidários com o mundo que os rodeia.

Após esta apresentação sobre gestão democrática, baseada em autores com quem busquei aprofundar minhas leituras, reportando-nos novamente para a gestão da escola Nossa Senhora da Conceição, podemos verificar que muitos pontos que foram citados sobre gestão democrática devem ser mais debatidos na escola, tentar mostrar para a comunidade seu verdadeiro papel junto a ela, escola. Buscar incentivar e cativar os professores, funcionários, pais e alunos para que juntos possam encontrar uma saída para os problemas

que a escola enfrenta. Quando comentamos que a gestão democrática participativa baseia-se na relação orgânica entre todos os sujeitos envolvidos na escola, no ambiente em que as decisões são tomadas coletivamente, e há uma interação nas propostas, todos devem ter conhecimento nas decisões que são tomadas. E deve ser participativa no sentido amplo da palavra, todos podem e devem participar dos trabalhos definindo os rumos da escola.

A participação de todos constitui-se, portanto, a válvula propulsora desse processo. Fala-se muito em gestão participativa, o que, então, tomando como referência os escritos de Lück, acaba tornando-se redundante.

A gestão escolar, assim sendo, é fundamental na organização de uma escola que deseja de fato ver a democracia acontecer. E aqui, reconhecemos enquanto a democratização,

o estabelecimento de um sistema de relacionamento e de tomada de decisão em que todos tenham a possibilidade de participar e contribuir a partir de seu potencial que, por essa participação, se expande, criando um empoderamento pessoal de todos em conjunto e da instituição (LÜCK, 2006, p. 58)

Uma gestão democrática ocorre, portanto, desde que todos tenham a possibilidade de participar e contribuir de acordo com seu potencial. Mas participar e contribuir como e por quê? Ampliando então esse conceito, trazemos as palavras de FERREIRA (2009, p. 310)

A gestão democrática da educação, enquanto construção coletiva da organização da educação, da escola, da instituição, do ensino, da vida humana, faz-se, na prática, quando se tomam decisões sobre todo o projeto político pedagógico, sobre as finalidades e objetivos do planejamento dos cursos, das disciplinas, dos planos de estudos, do elenco disciplinar e os respectivos conteúdos, sobre as atividades dos professores e dos alunos necessárias para a sua consecução, sobre os ambientes de aprendizagem, recursos humanos, físicos e financeiros necessários, os tipos, modos e procedimentos de

avaliação e o tempo para a sua realização. É quando se organiza e se administra coletivamente todo este processo, que se está realizando a consubstanciação do projeto político pedagógico definido, aqui, como uma forma específica de intervenção na realidade, e a partir da avaliação desta realidade, a fim de deliberar quanto aos princípios norteadores da ação pedagógica, assegurando indissociabilidade teoria (princípios e conteúdos) / prática (ação coerente), o que vai exigir uma mesma direção, uma mesma qualidade, uma mesma racionalidade que terão de ser constituídas no pensar e no decidir coletivo.

Essa gestão, portanto, engloba as partes burocráticas, administrativas, pedagógicas e sociais da escola, ou seja, todos atuam como responsáveis pelos objetivos pretendidos para a instituição. Em uma escola gestada democraticamente, todas as pessoas são responsáveis por todas essas questões, e nesse caso, a escola em questão muitas vezes fica prejudicada pois, não conta com o apoio de todos os segmentos que deveriam participar, comunidade, pais, funcionários, professores e alunos.

4. ESCOLA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO NECESSIDADES E DESAFIOS.

Para iniciarmos este diálogo, vamos tomar como ponto de partida uma citação do autor F. Dubet em seu livro O que é uma escola justa?

Sempre se pode dizer que é dever do Estado melhorar a qualidade dos estabelecimentos escolares das zonas menos favorecidas a fim de que ninguém tenha boas razões para deles fugir. Isso é incontestável. Mas é igualmente incontestável que, enquanto esperam, os alunos dos bairros desfavorecidos sofrem notadamente os

melhores dentre eles que poderiam se beneficiar amplamente de um bom ambiente escolar no colégio, o que lhe é vedado. É preciso, portanto, rever o mapa escolar a fim de que ele não se torne o decalque da segregação urbana, ou elimine essa imposição fazendo com que “os ricos” não sejam os únicos a poder “lograr”. Não se pode escolher muito entre a peste e a cólera, mas no momento, são os menos favorecidos que pagam a indecisão, e não é de se surpreender que eles acreditem cada vez menos na justiça escolar. (F. DUBET, P. 59).

Nesta perspectiva, podemos observar que ao longo dos últimos anos várias iniciativas foram articuladas no âmbito de governos, a partir de meados dos anos 90, como resposta as situações de exclusão e empobrecimento de jovens, adolescentes e crianças. Tais iniciativas no começo, tiveram um caráter incipiente e desarticulado, geralmente limitados aos adolescentes em situação de risco social, através de programas com curta duração e de carácter compensatório. Com o passar dos anos, percebeu-se que sem medidas que auxiliassem os adultos que vivem em condições sociais desumanas, não se poderia atingir quem realmente necessitava, no caso, as crianças, adolescentes e jovens. Desde então foram criados programas assistenciais que beneficiam essa parcela da população, como contrapartida seus filhos (crianças, adolescentes e jovens), devem estar regularmente matriculados e frequentando as aulas, talvez essa não seja a solução dos problemas, mas é a mais adequada para a situação de vulnerabilidade social em que estas crianças estão sujeitas, e sem ficarem em casa expostas aos atrativos das ruas.

A maior visibilidade destas crianças, seus problemas e demandas, também repercutiram nos meios acadêmicos, fazendo-se presente nos estudos mais recentes no campo da pós-graduação em educação. Uma boa parte das pesquisas tomou como foco de análise crianças e adolescente em processo de exclusão social, como no caso, esta pesquisa, que busca mostrar os problemas enfrentados pela escola, alunos e moradores desta comunidade situada na periferia de Santa Maria.

A comunidade onde a escola fica localizada não foge a realidade da maioria das periferias de cidades maiores. O tráfico e uso de drogas está sempre presente, fazendo muitas vítimas, e as principais são as crianças. Muitas são usadas para transportarem droga de uma comunidade para outra, alguns devido a esse contato tão precoce acabam tornando-se viciados. Existem também muitas crianças que devido aos pais serem usuários, ficam a maior parte do dia sozinhos em casa, aos cuidados dos vizinhos ou da rua. Estas crianças não recebem incentivo nenhum para frequentarem a escola, na maioria das vezes os professores ou a diretora da escola, deslocam-se até a casa da criança para verificar se está tudo bem com ela, e para saber por qual motivo não está frequentando a escola.

A situação a que estas crianças estão submetidas é desumana e de certa forma até inacreditável que em pleno século XXI, com tantas metas estipuladas para a educação de qualidade, ainda possamos encontrar escolas que enfrentam esse tipo de realidade. A escola nestas situações sente-se totalmente impotente, a diretora na maioria das vezes fornece atestado de frequência para todas as crianças, pois como estas crianças não frequentam a escola, não poderiam receber o benefício que o governo oferece (bolsa família) que exige 80% de frequência escolar, porém, se lhes for negado esta ajuda, como eles irão sobreviver, sem renda nenhuma. Embora seja pouco dinheiro, mas ajuda a amenizar a pobreza destas famílias.

A construção da identidade da educação em nossos pais insere-se no contexto da história das políticas de atendimento a infância, marcado por diferenciações em relação a classes sociais. Para as mais carentes a educação é caracterizada a vinculação a órgãos de assistência social, para classes mais abastada e tida como práticas escolares. O cuidar durante muito tempo foi visto apenas como prática ligada ao corpo e destinada às crianças mais pobres, e o educar como experiências de promoção intelectual reservada aos filhos dos grupos socialmente privilegiados. Para, além disso, durante muito tempo ainda se contou com uma política caracterizada pela ausência de investimentos públicos e pela não profissionalização das áreas.

Em 1959, passa a formar-se um novo paradigma do atendimento a infância, com a Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente é instituído no país pelo artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e tornou-se referência para os movimentos sociais de luta por uma educação de qualidade no Brasil.

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, dos Direitos Sociais, art. 7º, XXV, é um direito do trabalhador receber assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em Creches e Pré Escolas, e após os seis anos é direito estarem matriculados nos anos iniciais. Oferecendo-se estas modalidades de ensino atende-se também aos preceitos legais, garantidos na:

a) Constituição da República Federativa do Brasil – 1988

Art. 208 – O dever do Estado com a Educação, será efetivado mediante garantia de:

VI – Atendimento em creches e pré-escolas, as crianças de zero a seis anos de idade.

b) Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) – Lei Federativa 8969/90, refere-se a esse assunto no seu capítulo V – Art. 54 – quando regulamenta os direitos das crianças e dos adolescentes e dá diretrizes para crianças de quatro a seis anos de idade – Art. 30.

c) Lei Federal n 11.274, que determina a duração de nove anos para o Ensino Fundamental, com Matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade, ampliando a oferta do Ensino Fundamental para nove anos de duração.

d) Resolução CNE/CEB n 03 de 03 de agosto de 2005, define as normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental de nove anos de duração, determinado que a organização da Educação Infantil e Ensino Fundamental adotará a seguinte nomenclatura:

Educação Infantil: Creche (até 03 anos de idade) e Pré – Escola (até os 05 anos de idade).

Ensino Fundamental: Anos Iniciais (06 anos a 10 anos de idade) e Anos finais de (11anos a 14 anos de idade).

Isso deixa claro que quando se trata de criança não há cuidados que sejam neutros, ou são educativos, favorecendo o desenvolvimento integral da criança, ou são inadequados, prejudicando assim o desenvolvimento infantil. E mostra que a separação entre creches e anos iniciais se dá somente pela idade da criança e não pelo caráter do atendimento a ser oferecido, ficando também evidenciado o fato de ser complementar à ação da família, reforçando a visão da Educação como direito da criança e da família.

Estudos acerca da criança e da sua educação tem sido alvo, a pelo menos 20 anos, no Brasil, e estes estudos vem introduzindo mudanças conceituais e práticas neste campo, seja porque refletem paradigmas acerca de modelos de atendimento baseados nos avanços da educação e de outras áreas referentes à criança, seja porque estes modelos vêm acompanhados de argumentos econômicos e sociais que apontam na direção dos benefícios da oferta de educação para as crianças bem pequenas. Muitos países já vêm investindo em pesquisas nesta área como é o caso dos Estados Unidos, que há tempos estuda o impacto que a educação precoce produz no rendimento e aprendizagem futuros das crianças e a consequente orientação das políticas e financiamentos dos sistemas educacionais á política assistencial dos governos. Também agências financiadoras para o desenvolvimento de países latino-americanos têm estimulado pesquisas referentes à promoção da reforma educacional nesses países, cujo foco têm sido a Educação Primária, as necessidades das crianças pequenas em situação de risco social e a reorientação da política educacional para a criança antes do seu ingresso no Ensino Fundamental, assim como sua permanência e sucesso por períodos mais longos na escola (exemplo disso é o PREAL (Programa de Promoção da

Reforma Educativa na América Latina e Caribe)). Mais ainda, segundo (Herrán e Uythem, 2001) há considerável evidência de que a repetência e o baixo rendimento no ensino primário se traduzem, inevitavelmente, em repetência, deserção e aprendizado deficiente no nível secundário.

Motivadas pela criação da política nacional de Educação e pela crescente pressão social por expansão de atendimento, as mobilizações em torno desta temática contribuíram para a consolidação, definitivamente, da Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica (LDB). Consolidação que vem acompanhada do entendimento de que sua oferta oferece, sem dúvida, repercussões positivas para o desenvolvimento infantil e para o desempenho na escolaridade posterior das crianças, sobretudo as das classes populares.

Alguns indicadores que foram pesquisados pela Fundação Getúlio Vargas, coordenado por Marcelo Néri, 2005, indicaram que a Educação na primeira Infância constitui, provavelmente, o melhor investimento social, e quanto mais precoce for esta oferta, maior é o retorno para o indivíduo, seu grupo social e a sociedade.

Neste contexto, a escola Nossa Senhora da Conceição está agora colhendo os resultados de anos de investimentos e luta pela regularização da educação infantil, após sua institucionalização, a escola viu seus índices de evasão e repetência caírem drasticamente, nos anos iniciais. As crianças que chegam desde bem pequenas na escola, não pensam mais em deixar este local, seja porque recebem cuidados associados a uma perspectiva de vida melhor, seja porque começam a perceber que a educação lhes servirá como impulso na busca por melhores condições de vida, e também, para que daqui alguns anos possam modificar as condições da comunidade que vivem, transformando-a em um lugar melhor e mais humano para as gerações futuras.

O Brasil chegou ao final do século XX, com 97,9% das crianças de 7 a 14 anos de idade matriculadas nas escolas. Entretanto em 2002, apenas 36,5%, das crianças de 0 a 6 anos estavam regularmente matriculadas na educação infantil.

Segundo dados do IBGE, sobre os resultados da pesquisa realizada pelo PNAD, mostra que houve um aumento no índice no número de crianças matriculadas nas escolas, em 2007 o índice era de 97%, em 2008, 97,5%, se considerarmos apenas as com idade entre 7 e 14 anos, o índice aumenta para 97,9%. Mas os números caem quando observamos a faixa etária de 15 a 17 anos, mesmo com um aumento mais significativo de 82,1% para 84,1%, ainda há uma grande porcentagem fora da escola e apenas 50,4% das pessoas nessa faixa etária estão no ensino médio, ou seja, quase a metade dos jovens que deveriam estar cursando o ensino médio, estão ou fora ou não evoluiu o suficiente para estarem nas séries corretas.

Segundo reportagem publicada no Jornal O Estado de São Paulo, da estudante Patrícia Corsino, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, diz que: “mesmo questionado o Bolsa Família faz com que as crianças fiquem na escola e que o custo para manter uma criança na escola hoje em dia é baixo.”

Outro ponto que deve ser ressaltado é que mesmo que os números sejam bons para os jovens, há ainda 10% da população analfabeta, ou seja, é uma quantidade de pessoas maior do que a população da cidade de São Paulo, ou ainda 14,2 milhões de pessoas aproximadamente. Mesmo em queda, ainda há diferenças entre brancos e negros. Assim como há discrepância entre os estados, as taxas de analfabetismo caíram no Rio Grande do Sul, porém as maiores parcelas de analfabetos ainda encontram-se nas periferias das cidades e nos interiores. Uma das justificativas para estes índices é que, desde muito jovens as pessoas necessitam trabalhar para ajudarem as famílias no seu sustento, ficando evidenciada a necessidade de políticas sociais que auxiliem estas famílias de baixa renda para que as crianças não necessitem abdicarem de seu direito a educação.

Na comunidade que foi objeto de estudo desta pesquisa, evidenciamos que 10% da população são analfabetas, 10% semianalfabetas e 50% não concluíram o ensino médio, apenas terminaram o 5º ano que era oferecido pela escola e depois não saíram de sua comunidade para frequentar outra escola.

Na comunidade onde a escola fica localizada, ainda encontra outros problemas sociais e não foge a realidade da maioria das periferias de cidades maiores. O tráfico e uso de drogas está sempre presente, fazendo muitas vítimas, e as principais são as crianças. Muitas são usadas para transportarem droga de uma comunidade para outra, alguns devido a esse contato tão precoce acabam tornando-se viciados. Existem também muitas crianças que devido aos pais serem usuários, ficam a maior parte do dia sozinhos em casa, aos cuidados dos vizinhos ou da rua. Estas crianças não recebem incentivo nenhum para frequentarem a escola, na maioria das vezes os professores ou a diretora da escola, deslocam-se até a casa da criança para verificar se está tudo bem com ela, e para saber por qual motivo não está frequentando a escola.

Perante este contexto, posso afirmar que a escola Nossa Senhora da Conceição todos os dias enfrenta inúmeras dificuldades para manter-se firme na busca de seu propósito, oferecer melhores condições de vida para as crianças que vivem lá. Por muitas vezes não conseguindo concretizar a gestão democrática na qual seu PPP está fundamentado, porém buscando cada vez mais proporcionar um local onde as crianças possam sentir-se acolhidas.

Diante dos novos desafios, a escola Nossa Senhora da Conceição, cada vez mais, precisa ampliar os espaços, tempos e oportunidades educativas, o que busca justamente a promoção de uma educação integral, ou seja, a formação dos alunos nas suas multidimensões. Isso passa, necessariamente, pela possibilidade de converter-se num espaço privilegiado para garantir às novas gerações os conhecimentos e as habilidades indispensáveis, para que se comuniquem com autonomia e autenticidade, além de terem a possibilidade de transformar a realidade onde moram.

A educação é parte dos direitos humanos, o que implica tanto o reconhecimento da exigência, (demanda da sociedade) e justiça (uma educação de qualidade para todos). A educação nas instâncias nacionais e internacionais de tutela e direitos como que a educação deve promover a realização dos demais direitos humanos e respeitar, em seu processo, os direitos dos sujeitos implicados.

Daí a necessidade de dar voz aos atores – crianças, adolescentes, pais, professores, funcionários da escola Nossa Senhora da Conceição -, fortalecendo na comunidade onde moram as concepções democratizadoras de qualidade e de gestão da educação, capazes de dar conta de todas as dimensões de realização desse direito: ensino assegurado com igualdade, processos educacionais que respeitem os direitos humanos e assegurem autonomia dos sujeitos e das escolas e, por fim, resultados que expressem uma concepção ampla de educação, capaz de formar para o desenvolvimento humano, a inserção no mundo do trabalho e o exercício da cidadania. Como resultado geral de uma educação conforme os direitos humanos asseguram, e todas as leis que foram citadas, espera-se, sobretudo, uma escola igualitária, no sentido de que as oportunidades educacionais, econômicas e sociais não sejam pré-determinadas, quase que como direitos reais repassados por herança.

A maioria das reformas no campo da gestão, que a escola Nossa Senhora da Conceição necessita, requerem uma combinação de autonomia efetiva e de condições para que aconteça a gestão democrática, pois como vimos a diretora acumula a maioria das funções dentro da escola, administrativa, pedagógica e diretiva. Autonomia que sugiro, é de que não seja confundido com abandono ou com impermeabilidade aos outros órgãos, mas que tem como pressuposto a ampliação significativa do investimento na escola, a valorização dos trabalhadores da educação, e a necessidade de assistência para as crianças e adolescentes desta comunidade.

Através deste trabalho monográfico, busco chamar a atenção para uma parcela da população que mais necessita de assistência, cuidado, e educação de qualidade, os mais vulneráveis em todo este processo, as crianças que frequentam esta escola, e necessitam que ela seja cada vez mais um lugar que contemplem as suas necessidades.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL, CONAE – **Construindo o sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação**, Documento Referência; 2009.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em : 12 de julho de 2012.

BRASIL, **Plano Decenal da Educação**. Disponível em: <http://pp.urej.net/olped/documentos/conflitos/areatrabalho/1683.pdf>. Acesso

em: 12 de julho de 2012.

COOL, C.PALÁCIOS,J.;MARCHESI, A. **Desenvolvimento Psicológico e Educação – Necessidades Educativas e Aprendizagem Escolar**. V.3, Porto Alegre: Artes Médicas,1995.

FERREIRA, N.S.C; AGUIAR, M. **Gestão democrática da educação no contexto da reforma do estado**. São Paulo: Editora Cortez, 2001

GALVÃO, Isabel. *Henry Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil*. Petrópolis; Vozes, 1995. 134 p.

GIL, C. ANTÔNIO, **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, 4ª ed. São Paulo: Atlas S.A, 2002.

HECKMANN, James; CUNHA, Flavio; NÉRI, Marcelo. **Educação da Primeira Infância: evidências brasileiras – Versão1.0 – Preliminar e Incompleta**. 2005.

LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Nº 9.394/96, de 20 de Dezembro 1996. D.O.U. de 23 de Dezembro 1996.

LIBÂNEO, J.C, OLIVEIRA, J.F; TOSCHI, M. S.. **Educação Escolar** – políticas, estruturas e organização, 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 4ª ed., Editora Alternativa, 2001.

LÜCK, H. **Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João F. de; TOSCHI, Mirza S. **Educação escolar: políticas, estruturas e organização**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LÜCK, Heloísa; FREITAS, Katia S.; GIRLING, Robert e KEITH, Sherry. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. (vol. I)

_____. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. (vol. II)

_____. **A gestão participativa na escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006 (vol. III)

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MATURANA, Humberto; REZEPKA, Sima Nisis de. **Formação Humana e Capacitação**. Tradução: Jaime A. Clasen. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MELUCCI, A. **Por uma sociologia reflexiva: Pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

MICHELS, M. H. **Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos á organização escolar**. Ver. Bras. Educ. Vol. 11 no. 33 Rio de Janeiro Sept./Dec.2006.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social**, Editora Vozes, 2000.

NERI, M. A educação na Primeira Infância: Evidências Brasileiras. In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA, 16., 2008, São Paulo. Acesso em: 13 de julho de 2012.

OLIVEIRA, E. de. et al. **Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação**. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 4, n.9, p.11-27, maio/ago. 2003.

SAMPAIO, Dulce Moreira. **A Pedagogia do Ser**: educação dos sentimentos e dos valores humanos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

SANDER, Benno. **Políticas Públicas e Gestão Democrática da Educação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.